

■ ICMS

Presidente sanciona projeto que ressarciria governos estaduais por perda de arrecadação com imposto, mas impõe restrições, que precisarão de análise de deputados e senadores

Bolsonaro veta compensação a estados por alíquota menor

Brasília — O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, em edição extra do Diário Oficial da União de ontem, o projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que limita a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a 17% ou 18% sobre diesel, gasolina, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Mas ele vetou a compensação aos entes da federação para manter mesmos valores de gastos com saúde e educação de antes da sanção. A taxa chegou a 30%. Mesmo com a compensação, os governadores foram contra a proposta, mas acabaram derrotados na votação no Congresso Nacional.

Além desse veto à compensação aos pisos constitucionais da saúde e educação, Bolsonaro pretende compensar estados endividados que tiveram perda de arrecadação, como argumento de que ajuda iria contrariar o interesse público. "A despeito do ambiente de pandemia, nos últimos dois anos foi observada melhora significativa na situação fiscal de estados e municípios, especialmente em decorrência do crescimento da arrecadação de ICMS", afirmou Bolsonaro na justificativa.

A lei sancionada é uma das apostas do governo federal para tentar conter a disparada da inflação, principalmente nos combustíveis. O ICMS é um imposto estadual que compõe o preço da maioria dos produtos vendidos no Brasil e é responsável pela maior parte dos tributos arrecadados pelos estados. A proposta aprovada recebeu muitas críticas de estados e municípios, que estimam perda de arrecadação de até R\$ 83 bilhões. Na tentativa de amenizar a resistência dos governadores, o Congresso aprovou mecanismos para compensação parcial da União aos estados, mas alguns foram vetados pelo presidente. Os vetos, entretanto, ainda serão analisados pelo Congresso Nacional.

Entre os vetos está a que previa que, em caso de perda de arrecadação gerada pelo teto do ICMS, a União compensaria os estados e municípios para que pisos constitucionais da saúde, da educação



Jair Bolsonaro cumpriu agenda em Caruaru, no interior de Pernambuco, onde tirou self com apoiadores e depois fez um passeio de moto

e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tenham os mesmos níveis de recursos que tinham antes da entrada em vigor da lei resultante do projeto. Foi vetado também o trecho que determinava que estados que não têm dívidas com a União poderiam ser ressarcidos de perdas por meio do repasse de receitas vindas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM). No caso destes entes, a compensação ocorreria em 2023.

CARUARU Ainda ontem, em ritmo de campanha eleitoral e em meio à crise no preço dos combustíveis, Bolsonaro desembarcou em Caruaru (PE). Como de praxe, ele cumprimentou apoiadores que o aguardavam e participou de uma motocicleta, sem capacete. O trajeto durou cerca de 10 minutos. O presidente foi à cidade para a abertura do "Maior e Melhor São João do Mundo". O governo está no meio de mais uma encruzilhada sobre os preços dos combustíveis.

Ele não comentou a questão do ICMS e dos combustíveis. Mas em coletiva de imprensa, ontem, o líder de governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), afirmou que os governadores não estão sensíveis ao momento de crise e emergência internacional. A proposta do governo agora é fazer a transferência dos valores diretamente à população por meio de um aumento no vale-gás e no Auxílio Brasil. A medida também envolve um voucher para caminhoneiros no valor de R\$ 1 mil e deve ser inserida no em projeto que está em tramitação no Senado.

A expectativa é de que o relator, senador Fernando Bezerra (MDB), leia o texto na próxima semana. Segundo o parlamentar, o governo mantém a disponibilização de R\$ 30 bilhões para cobrir os benefícios. De acordo com Portinho, a medida em nada afeta o período eleitoral, já que parte das medidas, como auxílio-gás e Auxílio Brasil, já estão em vigor e aumentar os valores não interfere no pleito de outubro, pois são medidas emergenciais. A ideia,

segundo o líder, é de que os benefícios sociais fiquem em vigor até o fim do ano.

Mesmo após parte da base aliada do governo ter pulado fora do barco da CPI do Preço dos Combustíveis, o presidente Bolsonaro mantém a posição. Em entrevista ocorrida na manhã de ontem, ele afirmou que, se ainda fosse deputado, assinaria o pedido para abertura do colegiado. "Eu assinaria essa CPI se fosse deputado, para ver, entre outras coisas, como é a composição do preço do combustível na Petrobras. É você saber também a questão do endividamento da Petrobras, por que endividou, é você mostrar para população porque três refinarias que começaram com o (ex-presidente) Lula deram prejuízo de R\$ 1 bilhão e não refinam um barril de petróleo", afirmou o presidente em entrevista à rádio Itatiaia.

“

A despeito do ambiente de pandemia, nos últimos dois anos foi observada melhora significativa na situação fiscal de estados e municípios, especialmente em decorrência do crescimento da arrecadação de ICMS”

LEIA MAIS SOBRE COMBUSTÍVEIS PÁGINA 8

■ **Jair Bolsonaro**, presidente da República, em justificativa de veto

COMBUSTÍVEIS
 Preço mais altos no interior

Os preços dos combustíveis no interior de Minas Gerais continuam a subir, pressionados pela alta dos preços internacionais e pela falta de refinarias locais. O gráfico mostra que a gasolina e o diesel atingiram níveis recordes em algumas regiões, afetando diretamente o custo de vida da população e o transporte. O governo federal tenta conter a inflação com medidas como o auxílio-gás, mas os preços locais continuam a disparar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política / Economia **Página:** 5 e 8